

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: General nega rivalidade no núcleo da transição	2
Título: Donos da terra ?	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Quase metade da conta de luz é pagamento de impostos	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: » P&D.	6

VEÍCULO: O Globo**Data: 18/11/2018****Seção: O País****Autor: Vinícius Sassine****Título: General nega rivalidade no núcleo da transição**

Após recusar ministério, Oswaldo Ferreira afirma que decisão teve cunho pessoal; **Minas e energia** deve ser comandada por civil

O general da reserva do Exército Oswaldo Ferreira, um dos principais colaboradores de Jair Bolsonaro durante a campanha e a transição de governo, disse ao GLOBO ontem que não tem a “menor pretensão” de exercer um cargo na Esplanada dos Ministérios, que a decisão de não ocupar uma pasta não tem volta e que não existe crise no grupo de transição.

Ferreira era dado como certo para ser o titular de um novo ministério a ser criado, o de Infraestrutura. Ele é o responsável pelo desenho da área — que inclui a manutenção do Ministério de Minas e energia — e coordena o grupo que cuida de infraestrutura na transição. Nesta semana, sacramentou-se a decisão de que o general estará fora do governo.

Ferreira afirmou à reportagem que seguirá à frente de sua equipe na transição e que dará expediente no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) em Brasília “até quando for necessário”. —Eu não tenho problema com ninguém. Não existe: “Ah, o general Ferreira queria...” Eu não queria nada. Estou fazendo o que sempre fiz. Não tenho a menor pretensão de ser nada no governo. Vou continuar fiel às minhas colocações —afirmou o general.

A transição de governo é encabeçada por três grupos que gravitam em torno de Bolsonaro. Ministro extraordinário da transição, e anunciado como ministro da Casa Civil, o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) lidera o grupo político. O grupo econômico é capitaneado pelo anunciado superministro da Economia, Paulo Guedes.

Já os generais da reserva do Exército Augusto Heleno, futuro ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); Hamilton Mourão, vice- presidente eleito; e Ferreira estão à frente dos militares. Segundo Ferreira, não existe “rivalidade” entre esses grupos.

— Não faço parte de nenhum grupo de rivalidade. Não existe rivalidade de ninguém. O presidente eleito precisa da equipe dele, que está trabalhando. Não procure crise porque ela não existe —disse Ferreira. O general não descarta ser colaborador do governo Bolsonaro, a partir de janeiro de 2019: —Posso atuar como colaborador, não há dúvida. Estarei sempre disponível.

O desenho pensado por Ferreira para a área de infraestrutura inclui basicamente duas pastas: o Ministério da Infraestrutura — que reuniria Transportes, Aviação Civil, Portos e as principais áreas de Cidades, em especial saneamento básico e habitação — e o Ministério de Minas e energia, que seria mantido, nas mãos de um civil. —O desenho de ministérios foi aceito.

O Ministério de Minas e energia está separado do Ministério dos Transportes. Isso está sendo trabalhado, para fazermos a proposta da configuração definitiva. Não tem ninguém indicado no momento, mas terá —afirmou o general.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/11/2018

Seção: Sociedade

Autor: Ana Lucia Azevedo*

Título: Donos da terra ?

A incerta situação dos índios e das reservas no governo Bolsonaro

As terras indígenas ficaram de fora do plano de governo do presidente eleito Jair Bolsonaro. Mas, a depender das declarações dele em entrevistas e nas redes sociais, a demarcação de novas áreas, que já caminha a passos lentos, vai parar a partir da posse, em janeiro.

Hoje, há em andamento 129 processos de demarcação, em sua maioria na Amazônia. Nessas terras vivem cerca de 120 mil indígenas. Sem alterar a Constituição por meio de uma Emenda Constitucional (PEC) aprovada pelo Congresso (são necessários três quintos da Câmara e do Senado), o presidente da República não pode extinguir ou reduzir as terras que já foram demarcadas.

Por outro lado, somente o Executivo, por meio do Ministério da Justiça — ao qual a Fundação Nacional do Índio (Funai) é vinculada —, pode demarcar novas terras. E o novo governo, mesmo que não proponha uma PEC, pode não priorizar o andamento dos processos, em diferentes fases.

Na prática, isso pode impedir a demarcação de novas terras, como prometeu Bolsonaro em mais de uma ocasião, já que cabem ao Poder Executivo adoção de recursos e a realização dos estudos e procedimentos necessários. Caberia então ao Ministério Público, de acordo com a Constituição, defender os direitos e interesses dos indígenas.

O advogado Maurício Guetta, do Instituto Socio ambiental, explica que a omissão governamental em relação à demarcação de novas terras pode configurar prática inconstitucional passível de reivindicação na Justiça. A

judicialização da demarcação de terras indígenas, que já existe, pode se aprofundar.

As 436 terras indígenas demarcadas e regularizadas representam aproximadamente 12,5% do território nacional, segundo o IBGE. De acordo com o Censo de 2010, a população indígena é de 896 mil pessoas, ou 0,47% da população do país. As novas terras, pelos dados da Funai, somariam 11,3 milhões de hectares, uma área mais de duas vezes maior do que a do estado do Rio de Janeiro, por exemplo.

Essa proporção faz com que a afirmação de que há muita terra para pouco índio tenha se tornado lugar-comum, observa Dinamam Tuxá, coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

— A demarcação garante a existência dos indígenas. Quando não há terra demarcada, não existem políticas públicas voltadas para os indígenas que vivem ali. Ficamos vulneráveis — diz.

Os Tuxá, por exemplo, estão há 33 anos à espera de demarcação de seu território tradicional na Bahia. São 320 famílias em 55 hectares, e Dinamam teme que agora sejam vítimas de uma invasão. Cumprida a Constituição de 1988, no entanto, isso não pode acontecer. Em seu artigo 231, ela reconhece o direito permanente dos povos indígenas às terras que ocupam tradicionalmente e determina que também lhes cabe "o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes".

A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, estudiosa dos povos indígenas do Brasil, não acha provável que sejam extintas ou reduzidas as terras existentes, mas considera palpável o risco de que as demarcações sejam interrompidas e de que o governo consiga alterar no Congresso as autorizações para exploração.

O presidente eleito já disse que gostaria de abrir as terras indígenas para empreendimentos de interesse nacional, como **hidrelétricas**, mineração e construção de rodovias e ferrovias. Manuela observa que a demarcação confere segurança jurídica importante não só para os índios, mas para todo o sistema fundiário:

— É fundamental que essa competência constitucional continue sendo da União. Há muitas tentativas no âmbito legislativo de transferir essa competência para o Congresso. Isso seria a "solução final" para os povos indígenas e suas terras.

PROJETOS GRANDIOSOS

Um estudo do Instituto Socioambiental (ISA), de abril deste ano, mostrou que há 42 empreendimentos de infraestrutura de grande porte e 193 de mineração em terras indígenas à espera de aprovação. Um deles é o da **Usina hidrelétrica de São Luís do Tapajós, no Pará**, vetado pelo Ibama em 2016.

Na mesma situação estão solicitações de mineração em território Munduruku, destacadas numa reportagem publicada pelo jornal "New York Times" na semana passada, crítica às declarações de Bolsonaro sobre seus planos para as terras dos índios no Brasil.

O diretor do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), André Guimarães, diz que este é um bom momento para discutir a viabilização econômica dessas terras: — Elas são encaradas como prejuízo, pois não existe apoio à produção por parte dos índios, nem investimento tecnológico para que eles possam explorar melhor esses recursos.

* Colaborou Victor Calcagno

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Quase metade da conta de luz é pagamento de impostos

Mercado Aberto

Quase metade (47,7%) do que se paga nas contas de luz são impostos, segundo um estudo do Instituto Acende Brasil executado pela PwC.

O levantamento considera tanto os pagamentos diretos, como o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que vem discriminado nos boletos, como os tributos na geração e na transmissão de energia.

O patamar mudou de uma média abaixo de 40%, no começo dos anos 2000, para quase 50% no presente, segundo Cláudio Sales, presidente do Acende Brasil.

"Houve alta do PIS/Cofins em um primeiro momento e, a partir de 2014, de cobranças setoriais, como Conta de Desenvolvimento Energético."

O tributo mais oneroso é o ICMS — no Rio, chega a 32%. Energia elétrica é um dos poucos itens nos quais a cobrança do imposto incide sobre o consumo.

Alguns estados, principalmente aqueles que dão muitos incentivos para atrair empresas, buscam compensar a baixa arrecadação em outros setores com uma cobrança alta na conta de luz, afirma Sales.

Há uma possibilidade de diminuição, caso o governo de Jair Bolsonaro troque as taxas calculadas sobre o consumo por um único IVA (imposto sobre valor agregado).

A alteração tem o potencial de eliminar, ou ao menos diminuir, as diferenças de alíquotas entre estados e entre outros produtos, segundo Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal.

"Não há um único modelo de taxação desse tipo, mas, na prática, é preciso ser um sistema simples, que, com uma só alíquota para todos, substituiria o ICMS e o PIS/Cofins."

Taxas de proteção da indústria nacional ficam mais homogêneas
As tarifas de importação que o Brasil impõe para proteger fabricantes locais têm a tendência de se tornarem homogêneas dentro de um mesmo setor, segundo pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

A média das alíquotas mudou relativamente pouco ao longo do tempo estudado, mas está menos dispersa — o índice que mensura a distribuição, o desvio padrão, foi de 24, no começo dos anos 2000, para 5 no presente.

"Nosso perfil tarifário é estável desde os anos 1990, mas há mecanismos de alteração temporária de alíquotas que refletem o jogo político de setores econômicos", diz Ivan Oliveira, diretor da área internacional do Ipea.

Ao incluir no estudo as alíquotas que incidem também na cadeia produtiva, os valores das taxas aumentam. Automóveis, calçados e têxteis são os que têm as mais altas.

"Nota-se, em diferentes pesquisas, que a indústria é amais protegida, particularmente a de transformação." A variação de um produto para outro é considerada grande pelos economistas — vai de 11% negativos (um desincentivo para o setor) até 212%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati Cynthia Decloedt Fernanda Guimarães

Título: » P&D.

Coluna do Broadcast

Furnas investirá R\$ 300 milhões em 55 projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no período de 2019 a 2023, volume três vezes maior do que a empresa destinou para propostas do gênero nos cinco anos prévios. As iniciativas em P&D terão foco na geração de novos produtos e negócios. Entre os projetos estudados que serão desenvolvidos está uma turbina eólica de eixo vertical, produzida em parceria com a Universidade Federal de Itajubá.

MME / ASCOM .